

Mercado de trabalho paulista: participação feminina nos setores secundário e terciário entre os anos 1940 e 1960.

Luciana Portilho da Silva

Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP e Técnica em Planejamento e Gestão na Fundação do Desenvolvimento Administrativo

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a participação da mulher no mercado de trabalho paulista entre os anos 1940 e 1960, analisando tanto a presença feminina, como também suas profissões e cargos, ou seja, sua inserção no processo de desenvolvimento econômico que o estado de São Paulo seguia. Para tanto, serão apresentados conceitos e características femininas no mundo do trabalho, sendo em seguida, apresentada uma análise sobre os setores secundário e terciário da economia paulista. Como fonte de dados serão utilizados os Censos Demográficos do estado de São Paulo dos anos 1940, 1950 e 1960, por estes trazerem os dados mais completos para a análise que se pretende fazer do período estudado.

1. Introdução

Durante o período entre os anos 1940 - 1960, o estado de São Paulo realizava com intensidade um dinamismo que configurava a solidificação de forças produtivas capitalistas, refletidas em mudanças no padrão de acumulação e desenvolvimento industrial, com entrada de empresas multinacionais e implementação de indústrias de bens de produção e bens de consumo duráveis, gerando um estado de grande euforia com novos padrões de consumo, ampliação dos empregos e de ascensão social caracterizando um período de modernização. A idéia de progresso passava a ficar fortemente associada à industrialização e urbanização.

A nova configuração do processo de urbanização e crescimento de São Paulo teve como conseqüência o aumento do nível educacional da população, novos meios de comunicação e difusão cultural, maior mobilidade social e transformações na organização familiar, ou seja, espaços onde a mulher teceu novas relações sociais. Estas transformações econômicas e sociais se refletiram diretamente no papel da mulher dentro da sociedade paulista, como o crescimento de sua participação no mercado de trabalho e nas universidades, expansão da luta pela igualdade de direitos e sua busca por emancipação.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a participação feminina no mercado de trabalho paulista entre os anos 1940 e 1960, analisando não só sua presença, mas também, as profissões e cargos, e, conseqüentemente, sua inserção no processo de desenvolvimento econômico que o estado de São Paulo seguia, nos novos setores que surgiam e na redefinição dos que já existiam. Para tanto, este artigo estará dividido em 3 partes, além desta introdução e da conclusão. A próxima seção busca apresentar conceitos e características femininas no mundo do trabalho, para em seguida, ser apresentada a participação das mulheres nos setores secundário e terciário da economia paulista. O setor Primário não será objeto de análise neste trabalho, visto que o foco aqui é entender a participação feminina em funções predominantemente urbanas. Como fonte de dados serão utilizados os Censos Demográficos e Industrial do Estado de São Paulo entre os anos 1940 e 1960, por estes trazerem os dados mais completos para a análise que se pretende fazer do período estudado.

A análise sobre a participação da mulher nos setores da economia demonstrada nesse artigo tem como base a metodologia elaborada por Madeira e Singer (1973) para a verificação da evolução da estrutura de emprego feminino no Brasil, permitindo com isto verificar o grau de absorção de força de trabalho feminina (entendida como o conjunto de pessoas ocupadas) pelos setores secundário e terciário da economia.

Os autores ponderam que, com os dados dos Censos sobre este período, torna-se impossível fazer uma distinção entre artesanato e produção fabril, ponto este de grande relevância para conhecer a integração da mulher no mercado de trabalho. Duas são as maneiras de contornar o problema: a primeira foi analisar dados segundo a posição do trabalhador na ocupação, na qual, em geral, tem-se que os ocupados na economia de subsistência e os artesões encontram-se classificados como “trabalhadores por conta própria” ou “trabalhadores familiares não remunerados”, e os ocupados na economia de mercado, na categoria de “empregados” e “empregadores” (MADEIRA; SINGER, 1973).

Outro procedimento adotado foi um maior detalhamento da divisão dos setores de atividade da economia. O setor Secundário ficou dividido em Secundário I para atividades industriais, como extração mineral, indústria de transformação, construção e serviços de utilidade pública; e Secundário II, com serviços de reparação. Para o setor Terciário foi elaborada uma distinção entre atividades que são, em certa medida, complementares à produção de bens materiais. As que contribuem para sua distribuição serão identificadas como “Serviços de Produção”, e subdivididas nos setores “Comércio de mercadorias”, “Comércio de Imóveis, valores mobiliários, crédito etc.” e “Transportes e Comunicações”. As que atendem diretamente às necessidades do consumidor, serão chamadas “Serviços de Consumo”, subdividindo-se em duas categorias: “Coletivos”, que atendem coletivamente as necessidades do consumidor, tais como Administração Pública e Atividades Sociais; e os “Individuais”, que atendem ao consumidor isoladamente, incluindo aqui “Serviços Pessoais” e “Profissionais Liberais” (MADEIRA e SINGER, 1973).

Esta metodologia permitirá verificar o grau de absorção de força de trabalho pelos diversos setores de produção, localizando quais absorvem o maior número de mulheres. Os dados sobre a força de trabalho masculina também não poderiam deixar de ser analisados, visto que, sendo a força de trabalho composta por grande maioria masculina, as transformações estruturais do emprego podem ser melhor analisadas comparando em conjunto a composição, por sexo e por setor.

2. A mulher e o mundo do trabalho

A maquinização da produção, ou seja, a passagem da manufatura para a grande indústria foi o momento de incorporação do trabalho feminino, em geral, à produção social, visto que a força motora necessária para a produção havia sido transferida do serviço braçal

do trabalhador para a máquina, possibilitando a entrada de novos tipos de trabalhadores, mulheres e crianças, ao processo produtivo. Cecília Toledo (2008) destaca três aspectos sobre esse processo de incorporação da mão-de-obra feminina ao mundo do trabalho: o primeiro deles é o fato da mulher somente ser convocada para o trabalho fabril quando da entrada de máquinas que dispensavam a força bruta, sendo, portanto, a mulher considerada força de trabalho mais frágil.

Outro aspecto foi a necessidade da entrada em massa de novos trabalhadores na indústria, não apenas porque as máquinas eliminaram a força muscular, mas também porque necessitava de maior número de trabalhadores para manter-se funcionando em tempo contínuo e rendendo maior lucratividade. Desta maneira, o capitalismo convocou o exército industrial de reserva, representado pela mulher (Toledo, 2008). O terceiro aspecto se refere à desqualificação da mão-de-obra, visto que a entrada da mulher no mercado de trabalho, transformando-a numa trabalhadora assalariada, foi fundamental para o processo que substituiu trabalhadores qualificados por não-qualificados (TOLEDO, 2008).

Dessa forma, o capitalismo usou a divisão sexual, a desigualdade de gêneros, para estimular a competição entre os trabalhadores e baixar o nível de salários. A mulher é sinônimo de trabalho barato. E, como lembra Marx, embora teoricamente o valor da força de trabalho seja, em média, o mesmo para todos os trabalhadores, na prática a força de trabalho pode ter diferentes valores de troca. Isto tem diversas causas, entre elas o maior treinamento, a idade e o sexo (TOLEDO, 2008, p. 41).

O conceito de divisão sexual do trabalho¹, em geral, aborda a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, sendo modulada histórica e socialmente, tendo como características a designação prioritária do homem à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e a apropriação pelos homens das funções de maior valor social agregado, como valores políticos, religiosos, militares etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007)

Em grande parte das análises sobre as relações sociais dos sexos, entendidas como desiguais, hierarquizadas e antagônicas, de exploração e de opressão, entre duas categorias socialmente construídas, existe a predominância de um dos componentes dessas relações, seja o de superexploração econômica, seja o de opressão/dominação de sexo. A importância dada

¹ As bases teóricas deste conceito foram, primeiramente, elaboradas na França no início dos anos 1970, sob impulso do movimento feminista. Ver MATHIEU, N. *L'Anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côte-femines, 1991; e DELPHY, C; KERGOAT, D. *Les Études et recherches féministes et sur les femmes em sociologie*. Colloque Femmes, Féminisme et Recherches. Toulouse: AFFER, 1984.

a uma dessas relações, geralmente, implica deixar a outra em segundo plano. No entanto, Hirata (2002) propõe ir mais longe, e para isto, parte da análise elaborada por Danièle Kergoat, que contextualiza as relações de classe e de sexo em termos de “coexistensividade”, ou seja, em termos de sobreposição parcial de uma pela outra.

(...) a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres (HIRATA, 2002, p. 277).

O conceito de “sujeito sexuado” inserido em uma rede de relações intersubjetivas faz com que o fator econômico perca sua preeminência nas análises marxistas das relações de dominação. É essa passagem do “primado do econômico e das relações de exploração para a afirmativa de uma ligação indissociável entre opressão sexual e exploração econômica que permite reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva, ao mesmo tempo ‘sexuada’ e de ‘classe’” (HIRATA, 2002, p.277).

Esta conceitualização da divisão sexual do trabalho em termos de relação social baseia-se na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres, em relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas, sendo esse conceito um aspecto dentro da divisão social do trabalho. A divisão sexual do trabalho estabelece as relações sociais entre homens e mulheres como relações de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002).

Um fator de fundamental importância para a divisão sexual do trabalho é a discriminação que existe em relação à mulher na sociedade, e conseqüentemente, sua participação no mercado de trabalho. Discriminação construída ao longo da história e absorvida, ao que Cardoso afirma:

A opinião que as mulheres têm de si mesmas, de suas possibilidades e de seu lugar na sociedade é um dos fatores que as levam a enfrentar maiores dificuldades na vida profissional, onde vêm ocupar, quase sempre, lugares subalternos e mal remunerados (CARDOSO, 1980, p.11).

A discriminação se dá por um tratamento diferenciado, comparativamente desfavorável, surgindo tanto por preconceito direto contra as mulheres, como pelo fato de sua contratação possibilitar a elevação dos custos operacionais da empresa em função de leis de tutela social. Certos comportamentos conservadores em relação à mulher na família e na vida social acabam por reforçar tal discriminação. Estes comportamentos se estendem também para a remuneração dos trabalhadores em relação ao trabalho executado (BARROS, 2010).

No trabalho feminino, a discriminação se manifesta em relação à formação profissional, ao acesso das mulheres ao trabalho, à manutenção e condições de emprego, acentuando-se, principalmente, quando se trata de mulher casada, com responsabilidades familiares, criando barreiras para sua atuação enquanto sujeito ativo na construção de sua história.

Quanto à estrutura ocupacional entre os sexos, a autora distingue dois tipos de segregação no meio urbano, a horizontal e a vertical. A primeira se dá pela concentração feminina em profissões que guardam certa analogia com atividades exercidas no lar, como enfermeiras, professoras, secretárias, balconistas, cozinheiras, faxineiras, serventes, cabelereiras e costureiras. Essas profissões são, em geral, mal remuneradas, requerem baixa qualificação e, portanto, de pouco prestígio. A segregação vertical se refere aos postos de chefia e de direção, que envolvem poder de mando e são conferidas aos homens, inclusive em profissões em que a maioria dos trabalhadores é composta por mulheres, como no setor da educação. Essa é a maneira mais evidente da discriminação ocupacional e se dá por “obstáculos implícitos derivados de preconceitos psicológicos e estruturais constituem as chamadas ‘barreiras invisíveis’, que impedem o acesso de mulheres aos cargos diretivos, em todos os países” (BARROS, 2010, p. 72).

As principais justificativas dadas para situações de discriminação e segregação da mulher no mercado de trabalho se referiam à sua condição civil ou familiar e às leis de tutelas sociais e regulamentação trabalhista que estabeleciam direitos e restrições às trabalhadoras.

3. A participação feminina nos setores da economia paulista

A análise sobre a participação da mulher nos setores da economia do estado de São Paulo, entre 1940-1960, e sua posição dentro de alguns ramos será realizada tendo como base a metodologia elaborada por Madeira e Singer (1973) para analisar a presença feminina no mercado de trabalho nacional, conforme explicitado na Introdução deste trabalho.

Estes autores levantaram a questão de que as mudanças no processo de desenvolvimento econômico do país traziam a necessidade de trabalho especializado, tendendo a afastar os trabalhadores que não dispusessem de conhecimento profissional específico necessário à absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho e, com isto, a

mulher, também responsável pelo trabalho doméstico, ficaria marginalizada do processo. Desta maneira, ela conseguiria participar mais efetivamente desse mercado, apenas quando conseguisse conciliar atividades produtivas com as exercidas no âmbito doméstico (não-produtivas). No entanto, os autores não se valem de fatores como a discriminação social que atinge as mulheres, pois mesmo que a mulher possuísse qualificação, se esforçando para aumentar seu conhecimento profissional específico, ainda assim era preterida em determinados setores, funções e em sua remuneração.

Também consideram que, em um país em desenvolvimento, a evolução do nível de participação feminina no mercado de trabalho percorria três fases: a primeira correspondendo ao período inicial do processo de industrialização, em que o número de trabalhadores no setor agrícola ainda era elevado e o número de empresas de manufaturas e comerciais permanecesse limitado à esfera doméstica, colaborando para que o nível de integração da mulher à força de trabalho fosse elevado. O segundo momento era caracterizado pela migração de pessoas do campo para os centros urbanos quando a produção deixava de dar-se no âmbito caseiro e de pequenos comércios se destinando à grande indústria, causando, assim, uma divisão clara entre as esferas produtivas e reprodutivas, colaborando para a queda da taxa de participação feminina em atividades produtivas. A terceira fase se dava com o avanço industrial dos anos 1950 em que a participação feminina no mercado de trabalho voltaria a crescer.

A partir dos dados computados para analisar a situação da mulher no mercado de trabalho do estado de São Paulo, é possível avaliar, primeiramente, um crescimento da força de trabalho paulista, que, no total dos setores, aumentou cerca de 40%, entre 1940 e 1960. O número de mulheres trabalhadoras apresentou um crescimento de 17%, enquanto a masculina foi de 45% também em relação ao total dos setores.

A tabela abaixo demonstra a evolução da participação feminina e masculina nos setores e subsetores, indicando o número absoluto e a porcentagem destes em relação ao total da força de trabalho de cada ano apresentado. Nota-se que, em todo o período, a presença feminina se deteve em maior número no setor Terciário, especialmente no de Serviços de Consumo Individuais, ficando sempre acima de 50%. Outro movimento possível de se constatar, *a priori*, foi a migração da força de trabalho feminina do setor Primário, declinando em metade o número de trabalhadoras, para o Secundário, que registrou aumento de cerca de 85% de trabalhadoras no período referido. Este comportamento seguiu a tendência do

desenvolvimento desses setores na economia brasileira, apresentando queda na participação no PIB do Setor Primário, elevando a participação do Setor Secundário devido às políticas de industrialização e o setor de serviços permanecendo em torno de 50% da participação no PIB, durante o período aqui analisado. As tabelas 1 e 2 servirão de base para a análise dos setores Secundário e Terciário seguintes:

Tabela 1 - Estrutura setorial e por sexo, da força de trabalho do estado de São Paulo (números absolutos e porcentagem).

Setores		1940		1950		1960	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PRIMÁRIO	n. abs.	1.302.093	226.962	1.292.754	156.642	1.304.031	132.506
	%	53,5%	30,7%	41,7%	17,6%	37,0%	15,4%
SECUNDÁRIO I	n. abs.	365.802	85.434	675.333	170.464	901.259	191.246
	%	15,0%	11,5%	21,8%	19,1%	25,5%	22,2%
SECUNDÁRIO II	n. abs.	56.550	51.588	117.724	46.041	242.564	61.145
	%	2,3%	7,0%	3,8%	5,2%	6,9%	7,1%
SECUNDÁRIO I + II	n. abs.	422.352	137.022	793.057	216.505	1.143.823	252.391
	%	17,3%	18,5%	25,6%	24,3%	32,4%	29,3%
Serviços de Produção	n. abs.	319.965	17.829	451.659	36.050	687.478	71.178
	%	13,1%	2,4%	14,6%	4,0%	19,5%	8,3%
Serviços de Consumo Individual	n. abs.	259.521	324.022	337.150	397.217	91.218	255.174
	%	10,7%	43,8%	10,9%	44,5%	2,6%	29,6%
Serviços de Consumo Coletivo	n. abs.	130.975	33.997	224.791	85.378	300.901	150.772
	%	5,4%	4,6%	7,3%	9,6%	8,5%	17,5%
TERCIÁRIO	n. abs.	710.461	375.848	1.013.600	518.645	1.079.597	477.124
	%	29,2%	50,8%	32,7%	58,2%	30,6%	55,3%
TOTAL	n. abs.	2.434.906	739.832	3.099.411	891.792	3.527.451	862.021
	%	100,00%	100,00%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração própria.

Tabela 2 - Participação feminina no total da força de trabalho, por setor, no estado de São Paulo.

Setores	1940	1950	1960
PRIMÁRIO	14,84	10,81	9,22
Indústria de extração	1,92	1,86	2,14
Indústria de transformação	23,96	26,34	22,59
Indústria de construção	0,58	0,66	0,77
Gás e energia elétrica	2,10	25,21	5,24
<i>Secundário I</i>	<i>18,93</i>	<i>20,15</i>	<i>17,51</i>
Serviço de reparação de artigos			
- uso doméstico	1,47	0,72	0,92
- uso pessoal	61,52	63,82	54,34
<i>Secundário II</i>	<i>47,71</i>	<i>28,11</i>	<i>20,13</i>
SECUNDÁRIO I + II	24,50	21,45	18,08
Comércio de mercadorias e outros	6,58	9,68	12,51
Transporte, comunicação e armaz	3,18	4,02	4,06
<i>Serviços de produção</i>	<i>5,28</i>	<i>7,39</i>	<i>9,38</i>
Serviços pessoais	57,15	55,49	95,64
Profissionais liberais	27,86	16,67	19,16
<i>Serviços de consumo individual</i>	<i>55,53</i>	<i>54,09</i>	<i>73,67</i>
Serviços governamentais	21,46	10,58	13,32
Atividades sociais	19,44	34,70	42,09
<i>Serviços de consumo coletivo</i>	<i>20,61</i>	<i>27,53</i>	<i>33,38</i>
TERCIÁRIO	34,60	33,85	30,65
TOTAL	23,30	22,34	19,64

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

O desenvolvimento industrial verificado na década de 1950, elevando o nível de emprego nas áreas urbanas, trouxe consequências para o montante da força de trabalho. Apesar da mão-de-obra feminina ter apresentado um crescimento em números absolutos de mulheres empregadas nos setores secundários e terciários da economia paulista, não resultou em um aumento relativo, pois em 1940 a participação feminina no total da força de trabalho paulista correspondia a 23,3%, passando para 19,6% em 1960, o aumento relativo do número de homens empregados foi substancialmente maior. Desta maneira, como a economia paulista não conseguia absorver a totalidade da força de trabalho disponível, as mulheres eram fortemente marginalizadas, com justificativas em termos de concepções tradicionais do papel feminino.

3.1. Setor Secundário

Em São Paulo, em 1940, cerca de 60% do total das mulheres ocupadas no setor Secundário se concentravam nas atividades industriais (Secundário I), se contrapondo aos dados referentes ao Brasil, em que a maior parte das mulheres (cerca de 55%) ocupadas nesse setor se dedicavam aos Serviços de Reparação (Secundário II). É provável que este cenário inverso entre o estado de São Paulo e o Brasil já refletisse o maior grau de industrialização e desenvolvimento econômico desse estado, principalmente devido à alta concentração de parte das indústrias têxteis, as quais apresentavam um elevado número de trabalhadoras em seu quadro geral de funcionários, além de concentrar a maior parte de trabalhadoras em relação às demais indústrias de transformação, conforme os dados da tabela 4. Cabe ressaltar que, em 1940, as mulheres representavam cerca de 20% do emprego total do subsetor Secundário I e 48% do subsetor Secundário II.

Os dados do Censo de 1950 demonstram que o número total de trabalhadores deste setor se elevou em relação a 1940, todavia estes novos postos foram ocupados predominantemente por homens. Apesar do número de trabalhadoras femininas ter aumentado no Secundário I – representando 20% da ocupação -, nos Serviços de Reparação este número declinou consideravelmente, passando de cerca de 48% em 1940, para 28% em 1950. Este fato também foi observado para o Brasil, pois conforme Madeira e Singer demonstraram, a participação feminina no Secundário II diminuiu cerca de 37%. A queda de tal participação pode ter-se dado em virtude de uma transferência de boa parte de costureiras, que antes trabalhavam por conta própria com serviços de reparação, para empregos na indústria têxtil, com confecção de roupas, visto que esta indústria praticamente dobrou o número de funcionárias nesses 10 anos (vide tabela 4).

Outro fator que pode ter contribuído para esta queda, segundo Madeira e Singer, foi o fato do Censo, a partir de 1950, “considerar como ocupação principal da mulher a atividade doméstica, desde que a pessoa declarasse exercer também esta atividade. Este viés atinge, naturalmente, mais as mulheres que trabalham por conta própria, pois elas combinam mais frequentemente as atividades produtiva e doméstica” (MADEIRA; SINGER, 1973, p. 32). Em vista disto, os autores ressaltam que grande parte das mulheres que trabalhavam por conta própria nesta década não deve ter sido contabilizada como participando da força de trabalho pelo Censo desse ano. Esta observação pode ser feita, para o estado de São Paulo, na tabela 3, em que se verifica uma queda de 54% das mulheres “trabalhadoras por conta própria” no

Secundário I, enquanto as ocupações masculinas apresentam queda de apenas 3%. Nas demais posições de ocupação, verificou-se elevação da participação feminina. Outro fator que pode ter colaborado para esta queda foi a mecanização de atividades de reparo exercidas pelas mulheres, que passaram a ser executadas por trabalhadoras com vínculos empregatícios nas fábricas de confecção.

Segundo os dados, é possível avaliar que, em outras funções, a mulher passou a se integrar ao processo produtivo em porcentagem equivalente ao homem. Sua participação do Secundário I como “empregados” aumentou em 104%, de 1940, para 1950, passando de 82.681 para 168.327, enquanto a dos homens aumentou cerca de 90%, de 314.643 para 849.256, e seguiu aumentando até 1960, porém em menor velocidade. Sendo este setor composto majoritariamente por indústrias e estes postos de trabalho sendo em período integral, pode-se constatar que parte das mulheres trabalhadoras dedicavam determinado período do dia às atividades produtivas fora de casa, não sendo mais considerada como trabalhadora doméstica que combina suas funções dentro de casa com sua atividade econômica. Não se pretende com isto desconsiderar uma provável dupla-jornada, com a mulher ainda executando as atividades de dona de casa, mas, sim, avaliar que esta deixa de ser sua atividade principal no dia, passando a ser o trabalho formal fora de casa.

Tabela 3 - Pessoas ocupadas no Secundário I por sexo e posição na ocupação no estado de São Paulo.

Posição na ocupação	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregados	397.324	314.643	82.681	763.687	595.360	168.327	1.037.954	849.256	188.698
Empregadores	10.637	10.432	205	36.796	36.316	480	29.185	28.651	534
Por conta própria	35.389	34.371	1.018	33.746	33.280	466	20.966	19.802	1.164
Membros não remunerados	6.196	5.212	984	11.380	10.194	1.186	4.363	3.520	843
Sem declaração	1.690	1.144	546	188	183	5	37	30	7
Total	451.236	365.802	85.434	845.797	675.333	170.464	1.092.505	901.259	191.246
Em porcentagem									
Empregados	88,1	86,0	96,8	90,3	88,2	98,7	95,0	94,2	98,7
Empregadores	2,4	2,9	0,2	4,4	5,4	0,3	2,7	3,2	0,3
Por conta própria	7,8	9,4	1,2	4,0	4,9	0,3	1,9	2,2	0,6
Membros não remunerados	1,4	1,4	1,2	1,3	1,5	0,7	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	0,4	0,3	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

No Censo de 1960 é registrado um crescimento do emprego industrial menor, sendo de 33,5% para os homens e 12,2% para as mulheres. É provável que esta diminuição no ritmo de

crescimento tenha se dado em virtude da grande concentração de capital industrial, resultando em forte aumento da produtividade e fraca expansão do emprego. Com os dados da tabela 3 verifica-se que o número de homens trabalhando por conta própria diminuiu significativamente, passando de 33.280 para 19.802, e os “trabalhadores não remunerados” caindo de 10.194 para 3.520, entre os anos 1950 e 1960, respectivamente. Pode-se estimar que, por grande parte dos trabalhadores destas categorias ser composta por artesãos, houve uma substituição de postos de trabalho artesanais por fabris.

Voltando à participação feminina, seu aumento em números absolutos no Secundário I não resultou em um aumento percentual da presença feminina frente à masculina internamente ao setor. A indústria que concentrou maior número de postos de trabalho foi a Indústria de Transformação, com 78% do total do setor. Apesar do número de trabalhadoras ter se elevado de 84.390 em 1940, para 188.147 em 1960, a composição interna da força de trabalho por sexo se manteve em torno de 20% de mulheres e 80% de homens.

Considerando como subsetores as indústrias que integram o ramo de Transformação, tem-se que a Indústria Têxtil foi a que apresentou maior participação da força de trabalho feminina durante este período, permanecendo sempre acima de 50% de seu total. Em seguida encontra-se a Indústria de Vestuário, calçado e artigos de toucador, apresentando aumento da presença feminina de 27,8%, em 1940, para 43,5%, em 1960. A indústria têxtil, por utilizar técnica de fiação com lançadeiras, empregava grande número de mulheres como operadoras das máquinas de fiação. Segundo Hirata (2002), estas mulheres eram contratadas para os postos não-qualificados e rotineiros da produção. Com novas tecnologias implementadas no processo de produção, há uma diminuição da qualificação dos postos, permitindo certa “feminização” das tarefas anteriormente exercidas por homens.

Já a Indústria Metalúrgica e Mecânica, apesar de ter um percentual de trabalhadoras extremamente inferior ao de trabalhadores, apresentou um relevante aumento em números absolutos de mulheres ocupando postos de trabalho no seu interior, passando de 1.397, em 1940, para 13.513, em 1960, correspondendo a quase 10 vezes mais trabalhadoras, embora o percentual da força de trabalho feminina direcionada a estes setores continuasse dos mais baixos. A legislação trabalhista que previa a proibição do trabalho feminino noturno e insalubre diminuía as possibilidades femininas dentro destes setores.

Outros sub-setores que apresentaram grande elevação em números absolutos da presença feminina foram: Indústria de transformação de minérios não metálicos, Indústria da Construção e Indústrias editoriais e gráficas. Nesta última, o maior ingresso de trabalhadoras ocorre devido à mudança na tecnologia utilizada. Com a introdução de prensas automáticas, este trabalho se torna menos qualificado, além de exigir habilidade manual, rapidez e disciplina para trabalhos repetitivos, deixando de ser um trabalho exclusivamente masculino para se tornar também feminino. O modelo de industrialização paulista incorporou uma importante parte da força de trabalho feminino, que, embora não apresentasse qualificação técnica, podiam ser rapidamente treinadas para a execução de trabalhos fabris rotineiros.

Tabela 4 - Pessoas ocupadas no setor Indústria de transformação, por sexo, no estado de São Paulo.

Sub-setores*		1940		1950		1960	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Indústria metalúrgica e mecânica	n. abs.	55.948	1.397	83.261	6.344	161.600	13.513
	%	97,6%	2,4%	92,9%	7,1%	92,3%	7,7%
Indústria de transf. de minérios não metálicos	n. abs.	26.758	2.572	61.823	9.492	72.815	11.131
	%	91,2%	8,8%	86,7%	13,3%	86,7%	13,3%
Indústria de transf. de matérias primas de origem vegetal	n. abs.	45.202	2.953	80.419	9.056	89.363	8.532
	%	93,9%	6,1%	89,9%	10,1%	91,3%	8,7%
Indústria de transf. de matérias primas de origem animal	n. abs.	5.691	474	7.804	772	8.337	934
	%	92,3%	7,7%	91,0%	9,0%	89,9%	10,1%
Indústria químicas e farmacêuticas	n. abs.	10.100	3.758	24.079	10.389	49.899	14.157
	%	72,9%	27,1%	69,9%	30,1%	77,9%	22,1%
Indústrias têxteis	n. abs.	43.911	56.726	73.583	100.277	79.946	86.701
	%	43,6%	56,4%	42,3%	57,7%	48,0%	52,0%
Indústria do vestuário, calçado e artigos de tocador	n. abs.	16.869	6.508	20.078	12.776	36.843	28.327
	%	72,2%	27,8%	61,1%	38,9%	56,5%	43,5%
Indústria de produtos alimentares, bebidas e estimulantes	n. abs.	40.653	6.113	76.713	11.703	84.242	13.298
	%	86,9%	13,1%	86,8%	13,2%	86,4%	13,6%
Indústria da construção	n. abs.	64.853	376	159.633	1.056	206.294	1.594
	%	99,4%	0,6%	99,3%	0,7%	99,2%	0,8%
Indústria de produção e distribuição de eletricidade, gás e	n. abs.	10.836	232	12.304	481	12.032	665
	%	97,9%	2,1%	96,2%	3,8%	94,8%	5,2%
Indústrias editoriais gráficas	n. abs.	10.081	1.193	19.677	3.144	27.026	4.435
	%	89,4%	10,6%	86,2%	13,8%	85,9%	14,1%
Atividades industriais mistas, não compreendidas nas classes	n. abs.	12.578	2.696	12.314	4.147	34.507	7.119
	%	82,3%	17,7%	74,8%	25,2%	82,9%	17,1%
TOTAL		343.489	85.000	631.697	169.639	862.913	190.408
		80,2%	19,8%	78,8%	21,2%	81,9%	18,1%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

*Todas as atividades profissionais incluem as atividades auxiliares

Outro fator que pode ter colaborado para o aumento do número de mulheres trabalhando no setor industrial foi o aumento de funções burocráticas internas nessas indústrias, passando a força de trabalho feminina a se alocar em atividades administrativas, mais do que em atividades diretamente produtivas. Isto porque, “(...) as tendências da

mudança tecnológica na indústria tendem a acelerar o emprego de pessoal administrativo em proporção maior que o do pessoal ligado à produção” (MADEIRA e SINGER, 1973, p. 38).

Em suma, entre os anos 1940 e 1960, o número de mulheres ocupadas no Secundário I aumentou de 85.434 para 191.246, respectivamente, representando um aumento percentual de 124%. Apesar de grande parte das trabalhadoras do setor secundário estar alocadas em atividades que requeriam baixa qualificação, é válido considerar que as oportunidades criadas com o desenvolvimento industrial, principalmente as ligadas à administração e burocracia, ampliaram as possibilidades femininas de inserção no mercado de trabalho industrial. No entanto, a divisão sexual do trabalho verificada nos anos 1940, com a presença feminina no setor industrial se concentrando predominantemente nas indústrias têxteis e de vestuário continuou sendo verificada em 1960.

3.2. Setor Terciário

O setor Terciário apresentou certa elevação da participação feminina ao longo do período, passando de 50% em 1940, para 55% em 1960 a concentração da força de trabalho feminina total. No entanto, o principal movimento do trabalho feminino ocorreu nos subsetores do Terciário, isto é, nos Serviços de Produção, Serviços de Consumo Individual e Serviços de Consumo Coletivo. Sobre este setor, Madeira e Singer ponderam:

Embora seja bem nítida a capacidade de absorção de mão-de-obra feminina no Terciário, é difícil e controverso o sentido social e econômico deste fenômeno. Convém lembrar que o Terciário é um setor sumamente heterogêneo, que contém dentro de si atividades quase-industriais, como Transporte e as Comunicações e atividades pseudo-produtivas como os Serviços Domésticos remunerados (MADEIRA e SINGER, 1973, p. 40).

O subsetor que apresentou maior crescimento da participação feminina entre os anos 1940-60 foi o de Serviços de Consumo Coletivo, passando de cerca de 34.000 trabalhadoras para 150.772, representando, assim, um aumento de aproximadamente 345%.

Em Serviços de Produção, o maior número de mulheres se concentrou nas atividades de intermediação (comércio de mercadorias, valores, imóveis etc.) com sua participação no setor subindo de 6,58% em 1940, para 12,5% em 1960. Em contrapartida, os serviços de Transporte e Comunicação, apesar de também apresentarem elevação da taxa feminina, ainda permaneceram com uma enorme concentração masculina nos postos de trabalho. Esta maior

inserção feminina nas atividades intermediárias, principalmente as ligadas ao comércio, pode ter ocorrido devido a certa flexibilização nas horas de trabalho, visto que, conforme ressaltam Madeira e Singer, estas atividades eram constituídas, em grande medida, por pequenos estabelecimentos que permitiam às mulheres conciliar a atividade produtiva com as tarefas domésticas.

Apesar de estas mulheres estarem majoritariamente inseridas como empregadas, representando 83% do total do setor e apresentando um crescimento de cerca de 370% entre 1940-60, o número de trabalhadoras por conta própria também cresceu significativamente, mais que triplicando nestes 20 anos. Um dos fatores que podem ter contribuído para esta ampliação foi a multiplicação de estabelecimentos comerciais em que o trabalho feminino como balconista predominava, além da expansão de atendentes em agências bancárias. No entanto, segundo Madeira e Singer (1973), é possível que estes números sejam maiores, visto que os Censos Demográficos tendem a subenumerar as mulheres que combinam atividades produtivas e domésticas, como já dito anteriormente.

Tabela 5 - Pessoas ocupadas nos Serviços de Produção por sexo e posição na ocupação.

Posição na ocupação	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregados	221.707	207.819	13.888	328.795	298.303	30.492	454.653	403.308	51.345
Empregadores	13.200	12.920	280	37.100	36.138	962	28.700	27.868	832
Por conta própria	94.887	92.481	2.406	108.755	106.085	2.670	197.317	189.271	8.046
Membros não remunerados	6.639	5.672	967	12.735	10.815	1.920	6.119	4.728	1.391
Sem declaração	1.361	1.073	288	319	313	6	78.130	78.114	16
Total	337.794	319.965	17.829	487.704	451.654	36.050	764.919	703.289	61.630
Em porcentagem									
Empregados	66%	65%	78%	67%	66%	85%	59%	57%	83%
Empregadores	4%	4%	2%	8%	8%	3%	4%	4%	1%
Por conta própria	28%	29%	13%	22%	23%	7%	26%	27%	13%
Membros não remunerados	2%	2%	5%	3%	2%	5%	1%	1%	2%
Sem declaração	0%	0%	2%	0%	0%	0%	10%	11%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Os Serviços de Consumo Individual apresentaram, durante todo o período, predominância da mão-de-obra feminina em detrimento da masculina, principalmente em razão do elevado número de trabalhadoras domésticas remuneradas que constituíam a grande maioria das trabalhadoras ocupadas neste ramo. A participação feminina neste subsetor foi se elevando ao longo dos anos, passando de 55,53% em 1940, para 54,09% e 73,67%, em 1950 e 1960, respectivamente, conforme dados da tabela 2. No entanto, cabe ainda ressaltar que o

número de trabalhadores nesses Serviços Individuais declinou entre 1950-60, caindo de 337.150 homens e 397.217 mulheres, para 91.218 homens e 255.174 mulheres, respectivamente, conforme tabela 1. Estes valores resultaram numa queda da participação masculina de 64% e feminina de 21%, sendo o único setor que apresentou um decréscimo da taxa de participação da força de trabalho ao longo destes 20 anos.

Em relação aos Serviços de Consumo Coletivo, é preciso pontuar que, diante de maior industrialização pela qual percorria o estado de São Paulo, estes sofreram uma

(...) acentuada expansão, na medida que o desenvolvimento acarreta uma demanda crescente por serviços sociais, educacionais e de saúde, enquanto a complexidade e diversidade cada vez maiores das funções governamentais induz a expansão da administração pública. É preciso notar que, apesar do caráter “moderno” destes Serviços, a produtividade do trabalho neles não tem aumentado de modo significativo, de maneira que a sua expansão se reflete num aumento igualmente intenso do emprego” (MADEIRA e SINGER, 1973, p. 50).

Através dos dados da tabela 1, é possível analisar o elevado aumento da força de trabalho em geral, mas com destaque para a feminina. Entre os anos de 1940-60 o aumento da participação de mulheres neste setor cresceu cerca de 350%, passando de 33.997, para 150.772, enquanto a dos homens ficou em torno de 130%, elevando de 130.975 para 300.901. A participação feminina na composição do setor se expande gradualmente, iniciando o período com 20,61% do total da força de trabalho dos Serviços Coletivos, passando para 27,5%, em 1950, chegando a 33,4% em 1960.

Muitos dos postos de trabalho desse setor se destacam do ponto de vista qualitativo por exigirem certo nível de qualificação e uma ruptura com as tarefas domésticas. Em geral, as mulheres nesse setor são professoras, enfermeiras, médicas, assistentes sociais e funcionárias burocráticas que exercem, de fato, uma atividade pretensa ou efetivamente produtiva, apesar de estas profissões, geralmente, apresentarem relação com as atividades exercidas dentro do lar.

A evolução do emprego feminino nos Serviços de Consumo Coletivo representa, portanto, a medida, se não a única a mais importante, da integração da mulher na atividade produtiva social com todas as suas consequências econômicas e sociais (MADEIRA e SINGER, 1973, p. 51).

Esta inserção feminina ao setor foi possibilitada, em grande parte, pelo aumento dos níveis de instrução que a mulher paulista, alcançou durante estes anos.

Os dados dos Censos referentes a tal perfil profissional mais qualificado apresentam certa dificuldade de análise devido a mudanças na metodologia na agregação das profissões.

Desta maneira, fez-se um esforço no sentido de demonstrar as principais subcategorias e a participação feminina nestas. Com tais dados, fica evidente o aumento do número destes profissionais no mercado de trabalho e, mais ainda, quando se observa o crescimento de profissionais mulheres.

O maior número de profissionais registrados pelos Censos esteve, durante todo o período, concentrado na área de Medicina, veterinária, odontologia e farmácia, com cerca de 21.500 trabalhadores, e as mulheres representando 24% do total. Em números absolutos, o maior contingente de profissionais femininas esteve alocado na área de Economia e Finanças com cerca de 11.000 trabalhadoras, ou seja, 21% da mão-de-obra deste setor era feminina, mostrando dessa maneira, a também relevante inserção feminina em atividades administrativas e burocráticas.

Tabela 6 - Pessoas ocupadas na categoria “profissionais liberais” no estado de São Paulo.

Sub-categorias	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Advocacia	2.668	2.620	48	3.996	3.718	278	11.773	10.108	1.665
Engenharia, arquitetura, agronomia e química industrial	1.282	1.235	47	1.578	1.491	87	10.909	10.046	863
Medicina, veterinária, odontologia e farmácia	9.902	8.332	1.570	13.243	10.233	3.010	21.462	16.213	5.249
Ciências*	93	66	27	862	719	143	1.059	928	131
Artes	1.218	1.081	137	-	-	-	-	-	-
Letras e jornalismo	1.990	1.856	134	-	-	-	-	-	-
Economia e finanças	2.084	1.894	190	-	-	-	-	42.769	11.054

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração própria

* Para o ano de 1960 o Censo apresentou nesta mesma subcategoria os dados de Letras e Artes.

A área de Engenharia foi outra que apresentou grande crescimento do número de profissionais entre os anos 1940-60. Segundo dados do Censo, em 1940, havia 1235 engenheiros e 47 engenheiras, saltando, em 1960, para 10.046 homens e 863 mulheres atuando nesta profissão, representando um aumento de cerca 810% e 1830%, de engenheiros e engenheiras, respectivamente. Desta maneira, se manteve nítida a segregação em áreas de atuação profissional, visto que apenas 8% do total de trabalhadores eram mulheres.

Diante do exposto, constata-se um movimento de mudança do perfil feminino no mercado de trabalho. Com diversos obstáculos em relação ao desempenho de atividades

produtivas por mulheres, como preconceitos ao trabalho feminino e exigência de tempo para atividades domésticas e familiares, muitas mulheres se ocupavam de atividades produtivas que pudessem conciliar com os cuidados do lar. Mesmo as que tinham formação profissional, muitas vezes não ingressavam no mercado de trabalho para se dedicar à família e se tornar donas-de-casa. Todavia, pelos dados apresentados, é possível notar o início de um movimento de mudança desta situação, com mulheres se inserindo tanto nos setores industriais quanto no de serviços cada vez mais

4. Conclusão

O objetivo principal deste artigo foi apresentar um estudo sobre a mulher no processo de modernização da sociedade no período entre 1940-1960. Para tal finalidade, foram realizadas análises sobre a presença feminina no mercado de trabalho paulista, um dos aspectos fundamentais para um movimento em direção à emancipação da mulher.

Procurou-se observar os efeitos das transformações econômicas e sociais sobre a concepção do papel feminino e suas formas de sociabilidade nas instituições sociais. Neste período, verificou-se um movimento contraditório na sociedade paulista que incorreu em um processo de modernização induzido por maior desenvolvimento industrial e urbanização, propiciando ampliação da abrangência do sistema educacional, novo modo de vida e padrão de consumo, além de maior mobilidade social; apesar disso, o papel da mulher na sociedade paulista ainda permanecia, de modo geral, atrelado a concepções tradicionais do que era “ser” mulher, limitando seus campos de atuação enquanto sujeito histórico. A valorização do espaço doméstico implicava a valorização do papel feminino enquanto esposa, mãe e dona de casa, resultando de uma estratégia familiar sua ida ao mercado de trabalho ou permanência no âmbito doméstico.

A importância de analisar sua participação no mercado de trabalho se dá devido ao emprego ser considerado fator fundamental em direção à emancipação feminina, visto que a autonomia de uma pessoa é impossível se ela não possui rendimentos próprios. No entanto, dependendo das condições de sua entrada no mercado de trabalho pode não significar nem maior igualdade, nem maiores direitos, mas sim aumentar sua exploração, caso estas se incorporem em setores informais e precários, sendo alvo fácil de uma superexploração capitalista, além de arcarem com o trabalho doméstico.

Vários eram os fatores que dificultavam o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Era necessário transpor a barreira de concepção conservadora de que o âmbito familiar era mais apropriado à presença feminina, além de fatores discriminatórios em relação à mulher enquanto força de trabalho. Como consequência, verificava-se uma divisão sexual do trabalho que restringia a liberdade de escolha profissional das mulheres, o trabalho feminino era visto como subsidiário, determinando uma oferta e aceitação mais baixa do que a masculina. Os mecanismos de absorção da força de trabalho feminina operavam no sentido de torná-la um integrante do exército industrial de reserva.

O desenvolvimento industrial que se instalava contribuiu para a emergência de aspirações de grupos sociais de participar cada vez mais de um novo modo de vida urbanoindustrial e para a ampliação da oferta de mão-de-obra. Contudo, a capacidade de absorção da força de trabalho pelo setor produtivo estava abaixo de sua oferta. Desta maneira, a mão-de-obra feminina era preterida em relação à masculina em funções que exigissem qualificação. É de grande valia que a mulher tenha mantido sua participação em números relativos, os dados apresentados permitiram inferir que se esboçava o começo de uma integração feminina por meio do trabalho, porém este ingresso feminino não foi suficiente para uma real mudança da situação da mulher no mercado de trabalho.

5. Bibliografia

BARROS, Alice Monteiro. Discriminação no emprego por motivo de sexo. In: RENAULT, Marcio Túlio Viana; CANTELLI, Paula Oliveira (Org). *Discriminação*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2010.

CARDOSO, Iredé. *Mulher e trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Demográfico de 1940: Estado de São Paulo. Série regional. Vol. XXV, tomo 1. Rio de Janeiro, 1941.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Demográfico de 1950: Estado de São Paulo. Série regional. Vol. XXV, tomo 1. Rio de Janeiro, 1954.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Demográfico de 1960: Estado de São Paulo. Série regional. Vol. I, tomo XIII. Rio de Janeiro, 1961.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, set/dez, 2007.

MADEIRA, Felícia e SINGER, Paul. Estrutura do emprego e do trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos Cebrap*, 13, São Paulo: CEBRAP, 1973

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2008.

Relação entre a posição da indústria e recursos ao judiciário trabalhista por têxteis e metalúrgicos entre as décadas de 40 e 60

Valéria Marques Lobo Professora do
PPGHIS/UFJF

Resumo

O artigo analisa o uso da Justiça do Trabalho por têxteis e metalúrgicos, entre os anos 1940 e 1960, a partir dos processos impetrados por trabalhadores das duas categorias à Junta de Conciliação e Julgamento (Vara do Trabalho) de Juiz de Fora. Nesse período, a transição para a indústria pesada tem impacto sobre a configuração da estrutura ocupacional da sociedade brasileira e sobre o mercado de trabalho de Juiz de Fora, bem como sobre a composição das categorias profissionais analisadas, o que tende, supostamente, a afetar o comportamento dos atores, repercutindo na formulação de demandas e, por conseguinte, na relação que estabelecem com o judiciário trabalhista.

Palavras-chave

Mercado de Trabalho, Têxteis, Metalúrgicos, Justiça do Trabalho

Abstract

The article analyzes the use of the Labour Court for textile workers and factory workers, between 1940 and 1960, based on lawsuits filed by workers of the two categories to the Board of Conciliation and Judgement (Labour Court) of Juiz de Fora. During this period, the transition to heavy industry has an impact on the configuration of the occupational structure of Brazilian society, on the labor market of Juiz de Fora, as well as on the composition of occupational categories analyzed, which presumably affected the actors' behavior, resulting in the formulation of demands, therefore how the workers establish their relationship with the labor court.

Key-Words

labor market, textile workers, factory workers, Labour Court

A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento do CNPq e foi, em parte, realizada no âmbito do estágio pós-doutoral junto ao Departamento de Economia do CEDEPLAR, sob supervisão do Prof. Dr. Marcelo Magalhães Godoy.